

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – FIC
COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO**

DÉBORAH KAROLINE ARRUDA DA SILVA

**JORNALISMO POLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE: ESTUDO DE
CASO SOBRE O DISCURSO DO “A CRÍTICA” A RESPEITO DO
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

**MANAUS – AM
2022**

DÉBORAH KAROLINE ARRUDA DA SILVA

**JORNALISMO POLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE: ESTUDO DE
CASO SOBRE O DISCURSO DO “A CRÍTICA” A RESPEITO DO
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Comunicação,
da Universidade Federal do Amazonas,
como exigência para a obtenção do título de
Bacharel em Jornalismo, sob orientação do
Prof. Dr. Rafael Sbeghen Hoff.**

Orientador: Prof. Dr. Rafael Sbeghen Hoff

**MANAUS – AM
2022**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586j Silva, Déborah Karoline Arruda
Jornalismo político na contemporaneidade: estudo de caso sobre o discurso do "A Crítica" a respeito do impeachment de Dilma Rousseff / Déborah Karoline Arruda Silva . 2022
57 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Rafael Sbeghen Hoff
TCC de Graduação (Comunicação Social - Jornalismo) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Análise do Discurso. 2. Impeachment. 3. Dilma Rousseff. 4. Jornalismo contemporâneo. 5. Jornalismo político. I. Hoff, Rafael Sbeghen. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Agradecimentos

A Deus, por todo discernimento, força, proteção e sabedoria durante minha caminhada nesse plano terreno.

Aos meus pais, Edilene e Davi, por toda a educação que recebi até aqui e por me permitirem trilhar o caminho que escolhi. Em especial à minha mãe, por todos os conselhos, por sempre acreditar em mim, pelos puxões de orelha necessários, por me apoiar e incentivar, por ser meu colo e minha casa.

Aos meus avós, Ernestina e Damião, que sempre me incentivaram, ensinaram o poder da perseverança, apoiaram em todos os momentos, ensinaram que a Educação é capaz de mudar vidas e vibraram comigo a cada conquista.

Ao meu orientador, Rafael Hoff, por embarcar nessa ideia comigo e me guiar com sabedoria e perspicácia.

A todos os amigos com quem compartilhei momentos bons ou cheios de tensão, que sempre estiveram ao meu lado, gratidão por toda troca.

Por fim, ao meu namorado, Caio, por toda ajuda, apoio, compreensão e afeto.

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.”

(Paulo Freire)

Resumo

Este trabalho se propõe a analisar o discurso do jornal impresso A Crítica ao se referir ao *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de entender se o discurso expressa uma opinião ideológica capaz de influenciar a opinião pública dos leitores. Será realizado um estudo de caso com cinco capas de edições referentes a datas importantes deste processo em 2016. A análise será feita partir de conceitos de Análise do Discurso na vertente francesa e do jornalismo político contemporâneo. Para chegar ao objetivo, este trabalho será dividido em três partes: contextualizará o leitor a respeito da relação entre jornalismo e política e como a ética é trabalhada; abordará sobre o contexto social e político do período em que o *impeachment* ocorreu e, por fim, será feita a análise a que se propõe.

Palavras-Chave: *impeachment*; Dilma Rousseff; Análise do Discurso; jornalismo político; jornalismo contemporâneo.

Abstract

This study proposes to analyze the discourse of the printed newspaper A Crítica when referring to the impeachment of former president Dilma Rousseff, from the Partido dos Trabalhadores, in order to understand whether the discourse expresses an ideological opinion capable of influencing the public opinion of readers. A case study will be carried out with five covers of editions referring to important dates of this process in 2016. The analysis will be based on concepts of Discourse Analysis in the French branch and contemporary political journalism. To reach the objective, this work will be divided into three parts: it will contextualize the reader about the relationship between journalism and politics and how ethics is worked; will address the social and political context of the period in which the impeachment took place and, finally, the proposed analysis will be carried out.

Key words: *impeachment*; Dilma Rousseff; Discourse Analysis; political journalism; contemporary journalism.

Lista de Figuras

Figura 1. Capa do jornal A Crítica no dia 18/04/2016

Figura 2. Capa do jornal A Crítica no dia 07/05/2016

Figura 3. Capa do jornal A Crítica no dia 13/05/2016

Figura 4. Capa do jornal A Crítica no dia 30/08/2016

Figura 5. Capa do jornal A Crítica no dia 31/08/2016

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. JORNALISMO, ÉTICA E IMPARCIALIDADE.....	14
2.1 Jornalismo especializado e jornalismo político.....	18
2.2 Mídia, política e democracia.....	19
3. CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO DURANTE O	
 IMPEACHMENT.....	21
3.1 A direita e a esquerda no Brasil.....	24
3.2 <i>Impeachment</i> de Fernando Collor.....	26
3.3 <i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff.....	30
4. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	34
4.1 Jornal A Crítica.....	35
4.2 Discurso midiático e análise do discurso.....	37
4.3 Coleta de dados e análise.....	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

No meio jornalístico muito se ouve sobre a imparcialidade da mídia, que tem o dever básico de levar informação de interesse público à população geral. Mas as circunstâncias deste dever possuem uma influência precisa sobre o que será informado e de que forma a linguagem será utilizada. Apesar de os veículos de imprensa serem responsáveis por produzirem matérias jornalísticas neutras, na prática, esse conceito pode mudar. A cobertura neutra diz respeito à objetividade, que se torna difícil de seguir quando se aborda a cobertura jornalística de eventos políticos (LAGE, 2014, p. 24).

Cada veículo possui uma linha editorial, que conseqüentemente carrega ideologias e opiniões políticas, logo, as matérias publicadas refletem isso. É inegável que a partir das relações institucionais e políticas, a mídia se apresenta com o chamado “quarto poder”, um poder de influenciar o público que receberá as informações, segundo Charaudeau:

As mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública - ainda que o sejam para o bem-estar do cidadão; as mídias são criticadas por constituírem um quarto poder; entretanto, o cidadão aparece com frequência como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer pretensão à informação. (CHARAUDEAU, 2019, p. 17)

Ao considerar esse poder de influência dos meios midiáticos, o presente trabalho de pesquisa analisará de que forma o jornalismo político é trabalhado na contemporaneidade, realizando um estudo de caso sobre o discurso do jornal impresso *A Crítica* em um conjunto de capas de edições sobre o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, em 2016. Serão analisadas cinco edições de datas importantes deste período.

O processo de *impeachment* durou cerca de oito meses e teve início em dezembro de 2015, no segundo mandato de Dilma Rousseff à frente do maior cargo do sistema político brasileiro. Em abril de 2016, o processo foi oficialmente aberto, quando uma comissão especial da Câmara dos Deputados acusou a ex-presidenta de ter cometido crimes de responsabilidade por “pedaladas fiscais”¹ e por “créditos

¹ Uma manobra contábil feita pelo Poder Executivo para mascarar o desequilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas.

suplementares”² sem autorização legislativa. Naquele mês, o plenário da Câmara autorizou a abertura do processo de *impeachment*.

Este, foi precedido de um momento de vulnerabilidade política. À época, Dilma não tinha mais o apoio do chamado “Centrão”, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, enquanto o vice-presidente Michel Temer intensificava as articulações para chegar à presidência. Além disso, a opinião pública sobre o governo estava desfavorável diante dos desdobramentos da Operação Lava Jato, que deu luz à discussão sobre corrupção política, tendo como alvo principal o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, antecessor de Dilma no comando do Brasil.

Para fazer esta análise, é necessário entender que a linguagem utilizada em diferentes meios, informativos ou não, pode carregar diferentes significados, a serem definidos de acordo com o contexto e as relações políticas e socioculturais em que são produzidas, neste caso a ser analisado, um contexto de fragilidade política e econômica brasileira nos primeiros anos do segundo mandato de Rousseff. Michel Pêcheux (1983) explica sobre as Formações Discursivas, sendo parte do estudo da Análise do Discurso, como a relação entre as diferentes ideologias, relações de interação e “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. (PÊCHEUX, 1988, p. 160-161)

Também segundo Pêcheux, um discurso carrega a ideologia do seu autor, por isso possui uma característica heterogênea, podendo ser ressignificado a depender daquilo que o enunciador quer transmitir.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo, isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas ao contrário é determinada pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. (PÊCHEUX, 1988, p. 160)

Dessa forma, entende-se que o sentido de uma palavra pode ser utilizado de diferentes formas para influenciar a opinião do público. Esse uso é feito a partir do contexto cultural, social e histórico do autor naquele momento. Assim, ocorre a utilização da linguagem para massificar discursos que podem ser constituídos de parcialidade nos conteúdos políticos.

² Crédito adicional ao orçamento, autorizado por lei

A partir desse questionamento, será realizada uma pesquisa quantitativa-qualitativa, que considera fatores externos, como crenças e valores sociais, para análise das informações coletadas, ou seja, “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações” (MINAYO, 2001, p. 22), da mesma forma que trabalha a objetividade do campo de estudo.

Tendo como objeto de estudo o Jornal A Crítica impresso, esta pesquisa também se caracteriza como teórico-empírica. Isto é, traz uma análise dos dados obtidos e como se relacionam com base em experiências do cotidiano em que se está inserido. Também carrega “uma face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural” (DEMO, 2000, p. 21). Esse conceito está alinhado ainda à fundamentação teórica, que caracteriza uma pesquisa como capaz de promover uma reconstrução do que se configura como teoria. Essa reconstrução é feita de forma simples, sem um grande poder de intervenção (DEMO, 2000, p. 20).

Dessa forma, é necessário avaliar ainda a aplicação do enquadramento de notícias, conceito definido por estudiosos como Erving Goffman (1974). Para Goffman, o enquadramento é parte do processo comunicativo que surge a partir das interações sociais, atrelado a um olhar sociológico. Dessa forma, o jornalista emoldura a informação para guiar o leitor a diferentes opiniões de acordo com o que se quer atingir. Essa informação seria “construída em concordância com princípios de organização, os quais governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles” (GOFFMAN, 1974, p.10-11).

Neste sentido, o pesquisador Telmo Gonçalves (2011) explica que o enquadramento é o que vai definir a experiência da realidade que o receptor alcançará com aquela informação, de forma que “os enquadramentos funcionam como princípios básicos de organização das nossas experiências” (GONÇALVES, 2011, p. 158).

Para exemplificar como uma mesma notícia pode ter enquadramentos diferentes a depender da intenção do veículo ou do jornalista: no dia em que Dilma foi oficialmente cassada pelo Senado Federal, em 31 de agosto de 2016, a rede BBC News publicou uma matéria intitulada “Dilma é cassada pelo Senado: Da infância de

classe média à rebeldia; de 'gerentona' ao *impeachment*³, enquanto o site Consultório Jurídico – Conjur publicou uma matéria sobre o mesmo assunto com o título “*Impeachment é aprovado e Dilma Rousseff é destituída pelo Senado*”⁴. Ambos sites noticiaram fatos verídicos, mas o primeiro optou por utilizar adjetivos no título e o outro se ateve apenas ao fato em si.

Esta pesquisa tem como objetivo geral avaliar se o discurso do Jornal A Crítica impresso sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, reflete opiniões ideológicas. Como objetivos específicos, descobrir o posicionamento ideológico e político do jornal A Crítica; identificar as estratégias de endereçamento e enquadramento empregados pelo discurso jornalístico do jornal A Crítica sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff; e revelar as formações discursivas e ideológicas expressas no discurso jornalístico do jornal.

Esta pesquisa surge a partir de uma busca pela análise crítica acerca da utilização das mídias como forma de influenciar a opinião pública de acordo com as ideologias e acordos institucionais dos veículos de comunicação. Uma forma de estimular o estudo sobre o poder de influência da mídia nas relações políticas locais. Logo, se justifica como uma forma de contribuir para a compreensão de como o jornalismo político atua e busca influenciar nos pleitos eleitorais.

Observou-se que o estudo e a análise do jornalismo manauara sobre este assunto pode ser melhor explorado, por isso surgiu o interesse e a necessidade de produzir esta pesquisa. Conforme Minayo (2001), a motivação para produzir uma pesquisa se inicia nas influências do meio e as circunstâncias em que se está inserido.

As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. Toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais. (MINAYO, 2001, p. 17-18)

³ ODILLA, Fernanda. Dilma é cassada pelo Senado: Da infância de classe média à rebeldia; de 'gerentona' ao impeachment. BBC News Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37226986>>. Acesso em: 14 de julho de 2022

⁴ RODAS, Sérgio. Impeachment é aprovado e Dilma Rousseff é destituída pelo Senado. Consultório Jurídico - Conjur, 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-ago-31/impeachment-aprovado-dilma-rousseff-destituída-senado>>. Acesso em: 14 de julho de 2022

Este trabalho será dividido em três partes principais. Na primeira, será introduzido o conceito de jornalismo político e como tem sido aplicada a ética jornalística diante de escândalos no meio político que podem se tornam oportunidade para massificar uma polarização. Em vista disso, é necessário entender intrinsecamente sobre a relação entre a democracia, a política e a mídia, que acabam se conjugando para formar um discurso.

Seguindo, a segunda parte relaciona esses conceitos ao contexto político e social em que ocorreu o *impeachment* de Dilma Rousseff, além de apresentar sobre as diferenças e particularidades entre os governos de esquerda e direita. Também será realizada uma breve retrospectiva do último impedimento feito no Brasil até 2016, o de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito democraticamente, em 1989, após o período da ditadura militar brasileira.

Por fim, a terceira parte terá como foco a metodologia escolhida: análise do discurso. Será explicado o procedimento metodológico aplicado, assim como será feita uma apresentação do Jornal A Crítica, com as datas específicas da cobertura do jornal foram escolhidas para serem analisadas. A partir disso, a pesquisa analisará o discurso das capas das edições produzidas neste período.

2. JORNALISMO, ÉTICA E IMPARCIALIDADE

Para fazer uma relação entre o jornalismo e a política, é necessário primeiro entender que o jornalismo pode ser conceituado de forma generalista ou específica, de acordo com a história, o período e o lugar (LAGE, 2014, p. 21).

O jornalismo surge a partir de uma necessidade comunicacional e informativa do ser social. Durante estudos sobre a historicidade e a identidade do jornalismo brasileiro, Marques de Melo (2006) explicou o conceito de jornalismo e ressaltou as influências europeias e norte-americanas na prática brasileira. Para Marques de Melo (2006), apesar do jornalismo brasileiro conquistar uma identidade única após o processo de modernização da imprensa, em meados do século XX, ainda se destacam características norte-americanas e francesas. Entre elas, heranças como instrumentos, tecnicidade e a tecnologia, que junto a elementos como a linguagem e o contexto sociocultural, dão um significado diferente ao conceito.

Assim, Marques de Melo (2003) define o jornalismo como um processo que envolve vários elementos sociais e institucionais, realizado de forma objetiva para que não comprometa a veracidade da notícia:

O jornalismo é um fenômeno universal, mas suas raízes são europeias, concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/empresas) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão jornal/revista/rádio/televisão/cinema/internet) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos). (MARQUES DE MELO, 2003, p. 17)

Dessa forma, entende-se o jornalismo como uma atividade comunicacional objetiva, que surge pelas configurações sociais envolvendo o receptor e o enunciador de uma informação transmitida por diferentes canais, com diferentes objetivos. Lage (2014) complementa essa percepção ao reiterar a necessidade da objetividade e afirmar que o jornalismo também deve ser associado à ética. Além disso, Lage (2014) destaca a relevância de se apresentar todas as versões dos envolvidos no fato noticiado, atendendo a parâmetros como:

[...] ser fiel quanto às ideias de outrem que transmite ou interpreta; admitir a pluralidade de versões para o mesmo conjunto de fatos, o que é um breve contra a intolerância; e manter compromissos éticos com relação a prejuízos causados a pessoas, coletividades e instituições por informação errada ou inadequada a circunstâncias sensíveis. (LAGE, 2014, p. 21)

Entre essas características, Lage (2014) evidencia que o jornalista precisa entender a pluralidade dos interesses da sociedade, fato importante quando se trabalha com jornalismo político; e principalmente, o que será interessante ao público, ou seja, como essa informação poderá ser atrativa aos leitores ou espectadores. Essa característica se relaciona a um dos critérios de noticiabilidade mais populares definidos por Mauro Wolf (1999) ao pesquisar sobre os meios de comunicação de massa, o “valor-notícia”.

A noticiabilidade, no entendimento de Wolf (1999), é definida como um conjunto de critérios e instrumentos responsáveis por determinar quais acontecimentos devem ser noticiados por serem relevantes para a sociedade. Esses critérios se adaptam e mudam de acordo com o direcionamento institucional de cada veículo de comunicação, mas se complementam no momento em que o jornalista produz a notícia (WOLF, 1999, p. 86).

O “valor-notícia” existe para definir se um fato tem importância suficiente para chamar atenção para ser noticiado (WOLF, 1999). O termo é explicado por Wolf (1999) em uma pergunta: “Quais os acontecimentos considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia?” (WOLF, 1999, p. 85). Apesar do conceito incentivar o jornalista a ser criterioso na escolha da notícia, Wolf (1999) explica que a grande quantidade de acontecimentos diários no meio social torna o trabalho difícil, principalmente pelo imediatismo da profissão. Por isso, a necessidade de realizar a produção relacionando os critérios de noticiabilidade entre si:

a seleção das notícias é um processo de decisão e de escolha realizado rapidamente [...]. Os critérios devem ser fácil e rapidamente aplicáveis, de forma que as escolhas possam ser feitas sem demasiada reflexão. Para além disso, a simplicidade do raciocínio ajuda os jornalistas a evitarem incertezas excessivas quanto ao facto de terem ou não efetuado a escolha apropriada. (WOLF, 1999, p. 86).

É nesse ponto em que também se discute a imparcialidade, comumente associada à prática jornalística. Segundo Amaral (1996), os jornalistas se dividem entre dois campos: a objetividade e a subjetividade, sendo a imparcialidade um conceito frequentemente associado à objetividade, ou seja, transcrever os fatos de forma real, sem envolver opiniões pessoais.

Ramires e Rossi (2013) também explicam que o uso da imparcialidade no jornalismo surgiu ainda no século XIX, época em que os jornais e periódicos tinham o objetivo de aumentar o alcance das notícias produzidas, distribuindo-as em diferentes meios sociais, políticos e econômicos. Dessa forma, os jornais antes carregados de parcialidade e partidarismo, passaram a atender a diferentes esferas sociais.

Conforme Ramires e Rossi (2013), “sob a bandeira da imparcialidade, as notícias poderiam ser distribuídas mais facilmente às massas que cada vez mais se interessava e precisava ser alimentada por notícias de massa” (RAMIRES E ROSSI, 2013, p. 79).

Apesar dessa relação, Ramires e Rossi (2013) acreditam que os contextos social, econômico e cultural sejam fundamentais no momento em que um jornalista escreve uma matéria e só com essa interação o profissional seria realmente capaz de transcrever a realidade dos fatos. É como se, por exemplo, um repórter fosse cobrir o assassinato de uma figura importante para a sociedade e, ao escrever a matéria, não transferisse àquele texto a emoção, lamento ou revolta do momento.

A realidade por si só, como vimos, não é algo puro. O real só existe quando estabelecemos interações com os acontecimentos e, como há condicionamentos sociais, histórico-culturais, econômicos, psicológicos cada interpretação do que é real, dá-se de forma diferenciada para cada indivíduo (RAMIRES; ROSSI, 2013, p. 6).

No campo da incerteza entre conseguir ou não alcançar a objetividade, Genro Filho (1987) também reafirma a impossibilidade de se ignorar a personalidade na relação entre o jornalista e o fato a ser reproduzido. Além disso, Genro Filho (1987, p.38) também ressalta a “pluralidade dos fatos, conforme a opinião e o julgamento”, ou seja, é possível produzir um fato de diferentes formas, a depender do juízo de valor feito sobre ele, e assim reproduzir diferentes discursos. “Mesmo nos fatos mais simples como num acidente de trânsito em que não há parentes ou amigos envolvidos, [...] o relato exige uma forma de conhecimento que, em alguma medida, implica a revelação de sua essência” (GENRO FILHO, 1987, p. 38).

Por sua vez, Porto (2002)⁵ defende que a objetividade ou imparcialidade como funções principais do jornalista ao abordar política é uma teoria frágil, que perde o

⁵ PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. In: Anais do XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu/MG, 22 a 26 de outubro de 2002.

sentido quando se trata de jornalismo contemporâneo. “[...] Este enfoque tradicional é insuficiente para o estudo da relação entre mídia e política, contribuindo para tornar invisíveis diversos aspectos importantes desta relação” (PORTO, 2002, p. 2).

A prática de transcrever ou refletir a realidade é afirmada pela Teoria do Espelho, criticada no meio jornalístico. Como afirmaram Ramires e Rossi (2013), muitos jornalistas não mais defendem ou acreditam neste modo de fazer jornalismo. Corrêa (2016) explica que a Teoria surgiu a partir das ideias do filósofo positivista Augusto Comte, ainda no século XIX. Ele acreditava que o jornalista não deveria transmitir nenhuma ideia, opinião ou emoção diante da informação reproduzida, para não se envolver de nenhuma forma e assim alcançar a objetividade e a imparcialidade. Corrêa (2016) afirma ainda que partir desse conceito, surgiram estudos acerca do que é a notícia e os processos que a envolvem.

Opiniões e alterações do tipo podem distorcer a realidade de acordo com interesses pessoais ou coletivos e transformar a notícia em uma ferramenta tendenciosa. O jornalista deve sempre tratar seu trabalho com muita objetividade e dar estrita atenção à verdade, pois isso traz a credibilidade ao seu trabalho. Contudo, fontes podem mentir e documentos podem estar adulterados (CORRÊA, 2016, p. 1).

No jornalismo contemporâneo, porém, a Teoria do Espelho se torna obsoleta. Pesquisadores como Gaye Tuchman (2009) apontaram a impossibilidade de se “espelhar” a realidade sem uma abordagem interpretativa dos fatos e a pluralidade de fontes. Dessa forma, mesmo seguindo o compromisso com a veracidade ao se noticiar um fato, não se ignora as características sociais, culturais e políticas do jornalista ao produzir uma notícia, também se considerando um equilíbrio entre objetividade e a subjetividade.

As notícias registram a realidade social e são simultaneamente um produto dessa mesma realidade, na medida em que fornecem aos seus consumidores uma abstração seletiva intencionalmente coerente, mesmo podendo descumar certos pormenores. [...] A abstração e a representação seletivas da informação, e a atribuição reflexiva de significado aos acontecimentos enquanto notícias são características naturais da vida cotidiana (TUCHMAN, 2009, p. 98-99)

Para esta pesquisa também é importante considerar a ética e a relação com os fatores políticos que envolvem a instituição jornalística. A conduta ética é fundamental à prática jornalística e se relaciona à pluralidade de interesses que envolvem a sociedade. A ética orienta o trabalho do jornalista com base nos princípios do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, como a autonomia profissional, a divulgação de

informações precisas, a veracidade dos fatos, a preservação da privacidade dos indivíduos e o direito à informação. Este último é especificado logo no primeiro artigo do Código: “O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse” (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2007). Dessa forma, se estabelece um compromisso entre o jornalista e o público, em que deve ser garantido o direito à informação independente.

Ao passo que o jornalismo deve ser realizado com base nos valores éticos, como veracidade e interesse público, também se constitui junto à posição política da instituição ou veículo (GUERRA, 1999, p. 11). Para além do campo teórico, Guerra (1999) explica que, na prática, é possível identificar a forma como sujeitos sociais detêm uma relação de poder sobre as instituições jornalísticas.

As conjeturas acerca da ética-política no jornalismo são explicadas por Gomes (1993), ao fazer uma associação entre os meios de comunicação e os fóruns, espaços onde todos podem emitir opiniões e desenvolver discussões. Guerra (1999) complementa esse conceito quando afirma que a imprensa se torna um fórum institucionalizado, em que o espaço opinativo é conhecido como o editorial do veículo jornalístico e onde pode se identificar a posição ideológica de um jornal.

Todo jornal assume uma orientação de princípios, expressa na sua política editorial. Aliás, o editorial – enquanto gênero jornalístico – é o espaço consagrado à direção para apresentar suas posições em relação aos assuntos de maior destaque na sociedade e que o jornal esteja cobrindo. Mas, claro, a política editorial permeia toda a produção jornalística de uma empresa, na medida que é a partir dela que cada jornal 1) elege seus principais articulistas e 2) elege os fatos que merecerão cobertura e destaque em suas páginas. (GUERRA, 1999, p. 14)

Sendo assim, pode-se notar a política editorial de um jornal a partir da escolha dos fatos noticiados e de que forma são produzidos, a linguagem e o enquadramento utilizado. Conforme ressalta Guerra (1999), “o espaço é de informação e não de opinião, portanto, aí o que conta são os fatos” (GUERRA, 1999, p. 16).

A discussão sobre a parcialidade e imparcialidade, e objetividade ou subjetividade no jornalismo político ganhou uma alternativa para desviar a polarização: o enquadramento. Porto (2002) explica que o conceito de enquadramento ainda não é totalmente definido. O autor recorre à explicação de Goffman sobre o assunto, em sua obra *Frame Analysis*, que determina os enquadramentos como “os

princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos” (PORTO, 2002, p. 4 apud GOFFMAN, 1974). Dessa forma, o enquadramento é a forma como a notícia é interpretada, construída e transmitida de forma a possibilitar o leitor a construir um sentido sobre os eventos e situações sociais.

A formulação de uma notícia de diferentes formas dá ao emissor o poder de influência sobre o público. Porto (2002, p. 5 apud Kahneman e Tversky, 1984), explica que “um assessor do presidente pode influenciar suas decisões, não ao omitir ou distorcer informações, mas sim ao enquadrar as situações de forma específica”. Sendo assim, o *impeachment* como situação social pode ser retratado de diferentes formas, com o uso de diferentes linguagens, de forma a transmitir uma interpretação e definir uma realidade de acordo com a preferência do autor da notícia ou proprietário do veículo de informação.

2.1 Jornalismo especializado e jornalismo político

Para compreender o que é jornalismo político, é necessário entender sobre o processo de especialização jornalística. No mundo atual, com diferentes tipos de informações a disposição do público, ocorre uma escolha pelo tipo de conteúdo que se quer consumir. Na Sociedade da Informação, segundo Abiahy (2000), “o desenvolvimento do jornalismo especializado está relacionado à lógica econômica que busca a segmentação do mercado” (ABIAHY, 2000, p. 5).

Assim, a prática jornalística sofre adequações no processo de produção. Em uma definição simples, “o jornalismo especializado surge destinado a um determinado público com enfoque num determinado tema” (ALVES, 2016, p. 36). A partir disso, várias especializações passam a surgir dentro da comunicação, levando em consideração o conceito de editoria. Esta nasce de uma prática do jornal impresso de dividir e agrupar matérias relacionadas a assuntos similares, de forma a estabelecer uma organização. Essa organização, no entanto, é sujeita a alterações como no caso de um fato de grande impacto social.

Nóra (2007) ressalta que “as editorias, seções, colunas e cadernos de suplementos constituem o conjunto de enunciados fixos dos jornais impressos” (NÓRA, 2007, p. 7), como as editorias comuns como Política, Economia, Saúde,

Educação. Ainda assim, Nóra destaca o risco da perda do contexto ao tentar limitar uma notícia em determinada editoria ou seção.

Ao restringi-la a uma seção exclusiva, perde-se o contexto do fato, em todas as suas dimensões: política, econômica, histórica, social, cultural, etc. Reduz-se a temática a uma única categoria, imprime-se a notícia um, e apenas um, colorido específico; um perfil delimitado. (NÓRA, 2007, p. 10)

Isso tudo vai depender do enquadramento dado à notícia e do assunto que se quer evidenciar. Entre as editorias nascidas no jornalismo impresso, a de política fomentou a existência do jornalismo especializado em política. Segundo E. Cook (2011), o jornalismo político pode ter um forte impacto sobre os resultados políticos em sociedade e, além disso, constitui um meio controlado por corporações privadas, que atendem interesses próprios e produzem a informação de forma a disseminar determinada opinião política, e assim influenciar o público.

Conforme E. Cook (2011), “o jornalismo deve ser considerado não só como uma instituição, mas também como instituição política; em outras palavras, os jornalistas são atores políticos.” (E. COOK, 2011, p. 1). Ao definir que o jornalismo é uma instituição política e que os jornalistas são atores políticos, é preciso entender que se espera de ambos um papel sociopolítico centrado na disseminação de fatos, articulação de discussões e atendendo linguisticamente a todos os leitores, independente de grupos, classes ou interesses alheios ao social.

2.2 Mídia, política e democracia

A democracia, como afirmam Rosa e Luiz (2011), pode possuir diferentes conceitos e perspectivas, sendo presente até em uma sociedade autoritária. Held (1987) divide a democracia em dois modelos: a direta ou participativa, quando ocorre um sistema de tomada de decisão sobre assuntos públicos no qual os cidadãos estão diretamente envolvidos; ou a democracia liberal ou representativa, sistema onde se elegem representantes dos interesses do povo, em cargos legislativos ou executivos. Nessa pesquisa adota-se o conceito de democracia representativa como sendo o modelo vigente no Brasil. Dele, deriva um poder e um status diferenciado entre os agentes políticos eleitos e o cidadão comum.

Segundo Lima (2004), a publicidade dos atos políticos é um fator primordial em um sistema democrático representativo, como no Brasil. “A política nos regimes

democráticos é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. E é a mídia – e somente ela – que define o que é público no mundo contemporâneo” (LIMA, 2004). Porém, a necessidade de tornar público um fato acaba resultando na midiaticização.

A midiaticização pode incorrer na influência na construção do pensamento político e ideológico da sociedade, resultando em uma dependência entre mídia e sociedade, de acordo com Stromback (s/ ano).

É a nossa dependência da mídia que conduz e perpetua suas influências. O primeiro aspecto importante da midiaticização da política é assim o grau em que a política se tornou mediada; que é, o grau que as pessoas dependem da mídia para se informar sobre política e assuntos sociais. (Stromback, s/ ano, p. 5)

Nesse contexto, os acontecimentos públicos são espetacularizados pela mídia, sendo explorados de diferentes formas para reproduzirem os interesses políticos de uma instituição comunicacional, segundo Weber (2011). Um *impeachment* pode ser um exemplo para esse tipo de acontecimento, ligado ao campo político, a ideais coletivos e capaz de causar um forte impacto social, conforme afirma Weber (2011).

Um acontecimento público é capaz de causar impactos, desordens e mobilizar indivíduos, sociedade, instituições políticas e organizações midiáticas, pois sua ocorrência está atrelada à vida, à morte ou ao interesse público, como escândalos, manifestações públicas, celebrações esportivas, catástrofes ou a morte de celebridades. Esse tipo de acontecimento é capaz de despertar paixões individuais ou coletivas e propicia a convergência da política e da mídia que ocorre a partir da identificação da sua estrutura vital, da sua natureza que contém qualidade, autonomia, passionalidade, identificação com ideais coletivos e vinculação com rituais de origem. (WEBER, 2011, p. 191)

Essa confluência entre a mídia e a política se intensifica com a massificação de discursos polarizados, que ganhou força no Brasil desde as eleições de 2010, de acordo com Aggio (2008).

3. O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO QUE PRECEDEU O IMPEACHMENT

Como suscitado nesta pesquisa, o *impeachment* tem o caráter de acontecimento público, que afeta diretamente o meio social a partir de uma mobilização dos sujeitos diante de um problema no sistema político. Analisar o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, ocorrido entre os anos de 2015 e

2016, requer uma retrospectiva das situações que culminaram na destituição de Dilma do cargo.

Eleita a primeira mulher presidente do Brasil, em 2010, pelo Partido dos Trabalhadores, Dilma Vana Rousseff cumpriu o primeiro mandato à sombra de acusações e escândalos de corrupção contra seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, do mesmo partido. Conforme lembrado por Kerche e Feres Jr. (2018), Lula teve o nome envolvido em escândalos como o “mensalão”, esquema que articulava a compra de votos dos parlamentares para projetos que fossem convenientes ao Poder Executivo. Envolveu figuras políticas acusadas de crimes como corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. O caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal, resultando na Ação Penal nº 470⁶, ingressada ainda em 2007.

A relação próxima entre Dilma e Lula e o cenário de crise econômica e política pelo qual o Brasil passava em 2014, findaram na baixa popularidade de Rousseff⁷ e facilitaram o início das articulações políticas da oposição para afastar a então presidenta do cargo.

Em 17 de março de 2014 foi deflagrada pela Polícia Federal a Operação Lava Jato⁸, com intensa atenção midiática e popular. A operação tomou grandes proporções por conta, principalmente, dos “altos valores envolvidos, do tempo e, sobretudo, da natureza dos implicados, uma vez que percorre agentes públicos e privados” (BAPTISTA, 2017, p. 6). O discurso anticorrupção, o apoio popular e a massificação de informações direcionadas a determinado pensamento político influenciaram a opinião pública, fomentando a depreciação da política e da gestão petista, no comando do País há 13 anos.

Os brasileiros foram massacrados durante anos por uma cobertura jornalística extremamente enviesada, com pouco espaço para o contraditório, dominada pela mensagem de que a política é sinônimo de corrupção, em que o PT é o maior responsável pela corrupção que assola o país. (KERCHE, Fábio; FERES JR., João, 2018, p. 15)

⁶ Processos. Supremo Tribunal Federal, 2007. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=11541>> Acesso em: 08 de ago. de 2022.

⁷ Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Agência Senado, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>> Acesso em: 08 de ago. de 2022.

⁸ Operação policial conduzida pela Polícia Federal brasileira para investigar um esquema de corrupção que envolvia a Petrobras, políticos eleitos e instituições privadas.

Conforme elucidou Feres Jr. (2018), todo esse processo também envolveu o Ministério Público Federal e o Poder Judiciário, causando um empoderamento exacerbado destas instituições de forma que transcendesse a independência entre os Poderes, conforme determina o art. 2º da Constituição da República Federativa Brasileira. Enquanto o discurso anticorrupção era transmitido por todas os veículos midiáticos, a operação se tornava “um instrumento político e em seu desenvolvimento vai distorcendo procedimentos jurídicos a ponto de colocar em risco não somente o Sistema de Justiça mas o próprio estado de direito criado pela Constituição de 1988” (FERES JR., 2018, p. 16)

A instabilidade política que precedeu o *impeachment* também foi estimulada pela recusa do concorrente de Rousseff no segundo turno da disputa à presidência, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Cristã, em aceitar a derrota no pleito de 2014. Após o resultado das eleições, no dia 30 de outubro de 2014, foi protocolado no Tribunal Superior Eleitoral, pelo PSDB, um pedido de auditoria do processo eleitoral⁹, deslegitimando a eleição de Dilma à presidência da República. Apesar de não solicitar a contagem dos votos, o partido pediu que fosse estabelecida uma comissão, com integrantes escolhidos pelos dois partidos políticos, para uma análise de todo o processo daquele pleito.

Além desta, outra medida judicial também foi tomada pela sigla partidária: o pedido de cassação do registro de candidatura da chapa prestes a assumir o mandato, composta por Dilma e Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro. O TSE deferiu apenas o pedido de auditoria que, um ano depois, viria a comprovar a lisura do pleito e a justa eleição de Rousseff e Temer¹⁰. Mas, naquele momento, uma bancada de oposição firme havia se formado e, juntos, intensificaram ações para a destituição da presidenta do cargo.

O PSDB, acreditando que a criminalização da política não atingiria as lideranças tucanas, se engajou na campanha pela remoção de Dilma, que incluiu várias ações, entre elas a aproximação com grupos da nova direita e a articulação, junto com setores do PMDB e outros partidos conservadores,

⁹ RITCHER, André. PSDB pede auditoria especial do resultado das eleições ao TSE. Agência Brasil, 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/psdb-pede-auditoria-especial-do-resultado-das-eleicoes-ao-tse>> Acesso em: 09 de ago. de 2022

¹⁰ Plenário do TSE: PSDB não encontra fraude nas Eleições 2014. Tribunal Superior Eleitoral, 2015. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Novembro/plenario-do-tse-psdb-nao-encontra-fraude-nas-eleicoes-2014>> Acesso em: 09 de ago. de 2022

de uma frente de oposição que paralisou o novo governo de Dilma. (KERCHE, Fábio; FERES JR., João, 2018, p. 14)

A fragilidade política desfavorável à então presidenta e o descontentamento popular diante de sucessivas polêmicas levaram milhares de brasileiros a manifestações em favor do *impeachment* nas ruas de centenas de cidades brasileiras.

3.1 A esquerda e a direita no Brasil

As articulações políticas desse momento deram espaço a uma ascensão reacionária de figuras políticas de direita, com discursos conservadores e a falsa luta contra a corrupção, refletindo até mesmo anos depois, para além do *impeachment*, nas eleições de 2018, como descreveu Braz (2017)¹¹. A ascensão da direita também destaca o posicionamento oposto, representado pela esquerda e o centro.

Para discernir esquerda e direita é necessário entender o que significa ideologia na política. Conforme explica Heywood (2010a), ainda não há um consenso para conceituar o termo, pois existem diversas definições que se contradizem, entre elas a de ideias políticas que articulam interesses de classe de um sujeito em determinado contexto social ou ainda um aglomerado de crenças políticas de um grupo social. De forma simplificada, a ideologia pode ser entendida como norteadora do sujeito ao se posicionar politicamente.

Charaudeau (2020) diz que definir conceitos para a esquerda e a direita se torna difícil tanto no campo da comunicação, quanto no da ciência política e faz um recorte histórico francês para dar um ponto de partida a essa explicação. O autor delimita esses conceitos com base no sistema político da França. Os franceses tiveram sua organização política influenciada pela Revolução Francesa, com a presença do peso autoritário, mas ainda tendo como característica cultural o pensamento crítico.

Dessa forma, Charaudeau (2020, p. 98) define “um pensamento de esquerda pregando a solidariedade e o progresso social. Um pensamento de direita pregando o liberalismo e o conservadorismo social”. Da mesma forma, pode-se identificar a esquerda como progressista, em uma luta para extinguir as desigualdades sociais, e

¹¹ BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 128, p. 85-103, jan./abr. 2017

a direita como caracterizada pela supremacia do homem sobre a sociedade, ou seja, os interesses do homem sobressaem aos interesses da sociedade como um todo.

Em sua análise político-social, Bobbio (1995) relembra que a definição de esquerda e direita também se relaciona ao período da Revolução Francesa no que tange à disposição física dos presentes na Assembleia Nacional Constituinte. À direita do Rei se posicionava a burguesia, quem detinha poder socioeconômico, e à esquerda ficavam os mais pobres, que criticavam os privilégios da burguesia e a desigualdade social. O autor ressalta esses conceitos diferenciando ambos posicionamentos sob a ótica da igualdade, onde a esquerda defende a justiça social e a direita se opõe integralmente a essa ideia.

Partindo do pressuposto, como eu fiz, de que a pessoa de esquerda é aquela que considera mais o que os homens tem em comum do que o que os divide, e de que a pessoa de direita, ao contrário, dá maior relevância política ao que diferencia um homem do outro do que ao que os une, a diferença entre direita e esquerda revela-se no fato de que, para a pessoa de esquerda, a igualdade é a regra e a desigualdade, a exceção. (BOBBIO, Norberto, 1995, p. 23)

Dos 500 anos de Brasil, os últimos 200 anos são de independência que se iniciaram em 1822, no primeiro reinado de D. Pedro I. À época, a sociedade se dividia entre os que eram contra e os que eram a favor do imperador, período que durou até 1831. Anos depois, houve o segundo reinado (1840 – 1889), com a divisão social entre liberalismo e conservadorismo (Faria, 2013).

De 1889, quando teve início a primeira república, aos dias atuais, o sistema político brasileiro passou por diversas mudanças em relação aos contextos sociais, políticos e econômicos. Nesse período, surgiu o cargo de presidente da República e a divisão entre os três poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo. Nesse processo, o País passou por um Regime Militar, que teve início em 1964 e durou 21 anos¹². Entre as características deste período está o autoritarismo, a censura, a redução de direitos civis e restrições de direitos políticos. Neste período, o cidadão podia exercer o direito do voto, mas de forma controlada. Foram instaurados os Atos Institucionais nº 1 a 5 e o nº 14, sendo o nº 5 o mais rigoroso e marcante, pois determinava total poder ao presidente da República para ações como o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de políticos por até 10 anos, com a perda do que hoje é conhecido como o

¹² Eleições no Brasil: Uma história de 500 anos. Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, 2014. Disponível em: <tse-eleicoes-no-brasil-uma-historia-de-500-anos-2014.pdf> Acesso em: 13 de ago. de 2022

direito de circular livremente. “Além disso, excluiu a apreciação judicial de todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus atos complementares, bem como os respectivos efeitos.” (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2014, p. 53).

Ao fim do regime militar teve início o período de Nova República, a partir de 1985, marcado pela nova Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, época em que se ascende o sistema político contemporâneo e a pluralidade partidária, como afirma Souza (1976) em uma análise do sistema partidário deste período. Assim, os partidos passaram a enfrentar o desafio de uma readequação às regras e ao contexto socioeconômico daquele momento, em que grupos partidários passaram a se organizar diante das ideologias de esquerda, centro e direita, tomando forma e ganhando força.

Apesar dos condicionamentos prévios que lhe marcaram a origem, o sistema partidário foi-se transformando durante o período, sob o influxo das transformações socioeconômicas, notadamente dos processos de industrialização e urbanização. Coexistiam, assim, (...) tendências à desagregação, enraizadas em sua inadequada institucionalização como forma de representar interesses e de organizar o governo, e tendências ao fortalecimento, na medida em que iam realinhando e organizando suas bases de apoio (SOUZA, 1976, p. 24).

Com base nisso, pode-se afirmar que ao fim do período de Regime Militar houve um fortalecimento do Estado e do sistema partidário (SOUZA, 1976).

3.2 *Impeachment* de Fernando Collor e os “caras pintadas”

O Brasil teve sua história marcada por cinco *impeachments*. O primeiro, em 1954, aberto contra Getúlio Vargas; o segundo e terceiro, em 1955, contra Café Filho e, posteriormente, Carlos Luz; o quarto, em 1992, contra Fernando Collor; e o quinto, em 2016, contra Dilma Rousseff¹³.

À época do *impeachment* de Rousseff, era impossível não lembrar do, até então, último presidente brasileiro que havia sido impedido de dar continuidade ao mandato. Com pouco apoio no parlamento, escândalos de corrupção e baixa estima

¹³ Os pedidos de impeachment de Bolsonaro: Quais presidentes já passaram por processo de impeachment? Agência Pública, s/ano. Disponível em: <<https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/quais-presidentes-ja-passaram-por-processos-de-impeachment/>> Acesso em: 13 de ago. de 2022

pública, Fernando Collor de Mello marcou o ano de 1992, ao ser afastado após pouco mais de dois anos de mandato.

Collor assumiu a presidência da República em março de 1990, sendo o primeiro presidente eleito por voto popular, em eleições diretas, após 29 anos de Regime Militar e após o “Diretas Já!”, mobilização para as eleições diretas, em 1984. Em maio de 1992, o presidente estava cercado de polêmicas quando uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada para avaliar as denúncias de corrupção feitas por Pedro Collor, irmão de Fernando, contra o tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, com envolvimento do então presidente. O relatório desta CPI confirmaria as denúncias e daria base ao pedido de *impeachment*. Collor foi afastado do cargo em setembro de 1992, após a abertura do processo na Câmara dos Deputados por 441 votos a 38, sob a acusação de crime de responsabilidade. Com sua saída, assumiu o vice-presidente da época, Itamar Franco.

Quando eleito, Collor se comprometeu a combater a corrupção e agir em favor da economia, com privatizações e cortes nos gastos públicos, um caminho marcado pelo neoliberalismo. Problemas econômicos deixados por seu antecessor, José Sarney, criaram uma herança de instabilidade política que se agravou e levou milhares de cidadãos brasileiros a mobilizações nas ruas, criando o movimento “Fora Collor”, de acordo com Santos (2018).

Diante da crise econômica, Fernando Collor aplicou dois planos econômicos para estabilizar a inflação, entre os anos de 1990 e 1991. Conforme Martuscelli (2013, p. 50), não se pode ignorar “as contrarreformas neoliberais que vieram acompanhadas desses planos, sobretudo, as políticas de abertura econômica (comercial e financeira), de privatização e de redução dos direitos sociais e trabalhistas”. Com resultados negativos após a aplicação dos planos Collor 1 e 2, se deu início a uma recessão econômica no País. A classe média foi ainda mais prejudicada com o confisco dos rendimentos de poupança e conta corrente, por 18 meses, aonde muitos não receberam de volta os valores confiscados; e com o aumento dos valores de mensalidades nas escolas particulares, dificultando a permanência de jovens no ambiente escolar.

Com a queda no valor do salário mínimo, que não acompanhava o aumento inflacionário, o arrocho salarial, Collor conquistou a revolta da classe trabalhadora, mas manteve o apoio da elite burguesa brasileira, com planos econômicos de cortes de gastos públicos que os favoreciam. A incapacidade, no entanto, de controlar as taxas de inflação, de negociar com sindicalistas e o crescente desemprego resultaram em manifestações e greves da classe trabalhadora, em um período de crise (MARTUSCELLI, 2013, p. 36). A rejeição foi inflamada pelos depoimentos de Pedro Collor do envolvimento de Fernando em supostos esquemas de corrupção e tráfico de influência por PC Farias, o que foi embasado pelo relatório da CPI que analisou e confirmou as denúncias.

O declínio da política de Collor estava diretamente relacionado à ascensão da política oposicionista petista, dando espaço à Lula da Silva na futura disputa à presidência. Porém, uma união de movimentos sociais, principalmente de jovens estudantes, clamava pela destituição de Collor do cargo.

Foi o Movimento Estudantil (ME) o primeiro movimento social a levar esta bandeira para as ruas através da organização de um ato público na cidade de São Paulo no dia 11 de agosto de 1992 e que se transformou na primeira manifestação pelo impeachment, agregando um número de jovens além do previsto pelos organizadores. A juventude dos anos 1990 mostrava a “cara” (pintada) e novamente fazia história. (SANTOS, 2018, p. 7)

Assim surgiu o histórico movimento de “tomada das ruas” pela população, em especial os jovens, reivindicando o *impeachment* de Collor. Esse é um exemplo clássico da relação espetacularizada entre política e mídia anteriormente discutidos nesta pesquisa. Conforme descreve Quintão (2010, p. 104), “as manifestações se constituíram em algo para serem vistos pelos meios de comunicação, pautando na lógica de que a ação política se tornou um tipo de espetáculo definido”.

A mobilização do Movimento Estudantil mostrava o quanto o movimento estava organizado ao conseguir levar os jovens às ruas. Santos (2018) explica que o principal motivo das manifestações em prol da saída de Collor, eram as críticas às políticas neoliberais e a luta pela democracia e Educação acessível. A autora descreve ainda que as manifestações ocorreram de forma ordenada por conta da importância que o *impeachment* teve na política em todo o Brasil naquele momento e “unificou os movimentos sociais e partidos políticos que já estavam organizados e atentos ao cenário político desde 1989” (p. 8).

O movimento estudantil organizado logo se tornou o principal ato contra Collor, ganhando visibilidade nacional. O que caracterizou essa mobilização foram as pinturas nos rostos dos estudantes, com cores que remetiam à bandeira do Brasil associada à cor preta. Assim houve a criação de um estilo que se tornou uma marca de distinção e visibilidade nas manifestações, uma identidade visual (QUINTÃO, 2010, p. 108 apud RODRIGUES, 1997). Outro diferencial retratado pela mídia foi o aspecto festivo e espontâneo dos jovens estudantes.

As suas ações eram retratadas pelas matérias publicadas tanto em jornais e revistas, quanto pelos programas de rádio e televisão, como ambíguas, exaltando o contraste ao definir as ações dos estudantes que participavam dessas manifestações: apesar da “seriedade” dos seus objetivos (a saída de Fernando Collor da presidência), suas ações eram também festa, carnaval, brincadeira. (QUINTÃO, 2010, p. 109)

Os jovens eram politicamente influenciados pela minissérie transmitida pela Rede Globo, Anos Rebeldes, de 1968, a irem às ruas, relação explícita nos cartazes de manifestantes com frases que remetiam a capítulos da minissérie. Quintão (2010, p. 110 apud Isto É, 1992, p. 32) também promove uma relação entre os jovens envolvidos nos movimentos políticos de 1992 e os de 1968, até então tidos como mais envolvidos politicamente: o desprezo por interesses partidários e a capacidade de transformar um ato político em “festa”. Jornais e revistas transformavam os jovens em personagens ao contextualizar suas presenças nos atos políticos, contando histórias da vida pessoal e estimulando o discurso sobre suas opiniões políticas. A exemplo, a edição do dia 13 de agosto de 1992 do jornal Folha de S. Paulo, com a matéria “‘Teens’ liberam adrenalina nas ruas”, de Maurício Stycer¹⁴. No texto, o autor conta a história de Cecília Lotufo e descreve a relação da jovem com o movimento.

Cecília Lotufo, por exemplo, joga vôlei na mesma posição que Ana Moser, gosta dos mesmos grupos de rock pesado que as meninas de sua geração, mas na manhã de terça preferiu ir às ruas para participar do que considera “uma revolução”: a passeata dos estudantes, convocada por uma entidade que ela mal conhece, a UNE. Cecília, ou Cilinha, como é chamada por seus colegas do Colégio Oswald de Andrade, não sabe explicar muito bem por que foi à avenida Paulista gritar contra Collor. Viu na véspera um panfleto sobre a passeata, achou legal, conversou com seus amigos de turma e resolveram passar de sala em sala no colégio convidando os alunos para a manifestação. “Foi tudo espontâneo”, diz. (FOLHA DE S. PAULO, 13 de ago. de 1992, p. 15)

¹⁴ STYCER, Maurício. ‘Teens’ liberam adrenalina nas ruas. Folha de S. Paulo, 13 de ago. de 1992, p. 15. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11784&keyword=Collor&anchor=4775467&origem=busca&originURL=&pd=212ec7462419852e3d070ec0ec4bd0a0>> Acesso em: 13 de ago. de 2022

Um ponto a ser levantado ao localizar essa matéria é que a editoria escolhida foi “Cotidiano” e não “Política”. Mesmo que o assunto fosse relacionado a um acontecimento político, o foco da matéria não se dá ao *impeachment* em si, mas à contextualização das mobilizações juvenil. Neste período, os meios de comunicação tiveram um papel central, ao moldar notícias utilizando uma linguagem que julgava uma sentença para o *impeachment* a ser acatada pelo Congresso Nacional, determinando qual seriam os rumos deste processo e influenciando a opinião pública acerca deste acontecimento (FAUSTO NETO, 1994b).

Porém os jovens não foram os únicos a se empenhar nos atos contrários ao presidente. É necessário considerar as “ações dos demais movimentos sociais, da sociedade política no âmbito do Congresso e os interesses no interior daquela casa, que possuía representantes da sociedade civil” (SANTOS, 2020, p. 95). A mobilização conjunta projetou força suficiente para dar apoio ao movimento a favor da saída de Collor.

3.3 *Impeachment* de Dilma Rousseff

Quase 24 anos após a destituição de Collor, Dilma Rousseff foi alvo de um processo de *impeachment*. No final do primeiro ano do segundo mandato, em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados acata o pedido de Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaina Paschoal, embasado por denúncias de crimes de responsabilidade por pedaladas fiscais e abertura de crédito suplementar sem autorização do Legislativo.

A tensão política surgiu dois anos antes, ainda em 2013, e se intensificou em 2014, com a recusa de Aécio Neves em aceitar o resultado das eleições. Naquele período, a militância política e os cidadãos de modo geral se articulavam em um movimento contrário à permanência da presidenta no poder. O *impeachment* interromperia uma histórica permanência do PT no poder que durou 14 anos, desde a primeira eleição de Lula, em 2002.

A população passou a ir às ruas clamar pelo *impeachment* entre 2014 e 2016, com a adesão de diversas camadas sociais, desde movimentos sociais a religiosos, sindicalistas e partidos políticos (FIRMINO, 2017, p. 210). Mas essa pluralidade não significa que os grupos sociais e políticos abdicariam de interesses próprios sobre

diferentes pautas. Como afirma Baron (2019), o antagonismo a um denominador em comum, no caso o PT e a então presidenta Dilma Rousseff, criou um ambiente equivalente entre os movimentos de forma que estes deixassem de lado suas diferenças para lutarem contra a permanência da petista na presidência da República. “A existência de um inimigo faz com que identidades soltas abdicuem parcialmente de suas diferenças e se coloquem em relações de equivalências em torno de um ponto nodal” (BARON, 2019, p.196).

Por conseguinte, Luz e Baron (2017) compartilham o mesmo pensamento e explicam que os eleitores brasileiros que iam às ruas deixaram de sentir confiança na política e nos políticos do País, substanciando os diferentes discursos e unificando-se em uma causa conjunta, guiados por movimentos e figuras políticas caracterizados como de direita no sistema ideológico.

Além de expor uma miríade de descontentamentos de significativa parcela da população brasileira com o governo e com a classe política, estas manifestações trouxeram à tona diferentes sentidos em torno dos quais o discurso de oposição “à direita” foi se consolidando e que foram bastante significativos para a articulação do discurso pró-impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (LUZ; BARON, 2017, p. 5)

Ao tratar o envolvimento de instituições como Ministério Público, Polícia Federal, Poder Judiciário e a própria imprensa, Albuquerque e Paula (2017, p. 4) afirmam que a legitimidade do *impeachment* só ocorreu pela publicidade midiática dada a todo o processo, que criou condições para a legitimidade, “na medida em que esses agentes não-eleitos assumem um papel de crescente protagonismo na vida política, a autoridade dos representantes eleitos e das instituições representativas declina”. Os autores argumentam que da forma como ocorreu, com atropelos jurídicos e constitucionais relevados por todos os meios envolvidos, o processo se classificaria como um golpe na conjuntura política contemporânea.

Albuquerque e Paula (2017) ressaltam que nesse período a imprensa adotou uma narrativa que criminalizava e relacionava qualquer figura petista à corrupção, sustentando as justificativas antagônicas utilizadas pelos mobilizadores neoliberalistas e conservadores. Dessa forma, a imprensa representa uma peça primordial no processo, ao influenciar a adesão pública contra o governo de Dilma e assim legitimar o ato.

À medida em que os governos petistas insistiam em se perpetuar pelas urnas, a despeito da sua oposição sistemática, a grande imprensa se tornou cada vez mais propensa a encampar soluções menos ortodoxas, e ajudou a dar sustentação a um crescente movimento de criminalização da política, através de uma retórica que sistematicamente associava os líderes políticos – especialmente aqueles pertencentes ao PT e seus aliados – ao fenômeno da corrupção. (ALBUQUERQUE; PAULA, 2017, p. 8)

Lerner e Ribeiro (2017)¹⁵ explicam que foram pelo menos oito atos nacionais em protesto tanto pelo impeachment, quanto pela permanência de Dilma na presidência – esses últimos em menor escala. As autoras explicam as diferentes fases dos protestos, desde junho de 2013, quando pautas conservadoras, moralistas e focadas no combate à corrupção ocupavam um lugar menor nas mobilizações públicas, cenário que mudou em 2014.

A expansão dos protestos trouxe a multiplicação das pautas e pôs nas ruas grupos diversos, alguns ligados à direita, com defesa de pautas conservadoras, “moralizadoras”, defesa da intervenção militar e outras bandeiras presentes no conservadorismo brasileiro. [...] Esses grupos entram tardiamente em cena em 2013, mas têm uma intensa participação na campanha presidencial brasileira de 2014, atuando fortemente dentro das redes sociais na disseminação de um discurso centrado nas pautas anticorrupção, antiPT (contra o Partido dos Trabalhadores), pela redução da maioria penal, entre outras. (LERNER; RIBEIRO, 2017, p. 37)

No decorrer das investigações da Lava Jato, Lula e Dilma foram acusados pelo senador Delcídio do Amaral, em novembro de 2015, por obstrução de justiça durante a Operação¹⁶, o que alimentou o discurso antipetista massificado pela direita. Um marco deste período foi o uso do termo “Tchau, querida”, massificado a ponto de ilustrar cartazes com as cores verde e amarela nas manifestações. A despedida foi proferida por Lula à Dilma em uma ligação telefônica, gravada por um grampo telefônico autorizado por Sérgio Moro, juiz responsável por julgar casos em primeira instância da Operação Lava Jato.

No ano do *impeachment*, em março, movimentos liberais e de direita reforçavam a propaganda antigovernista em programas televisivos, nas redes sociais, com o uso do “Tchau, querida” para convocar os cidadãos às manifestações. Os atos se intensificaram após Lula ser conduzido à Polícia Federal para prestar

¹⁵ LERNER, Celina; RIBEIRO, Francine. Afetos comuns: estudo comparativo das mobilizações pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff no Facebook. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.10, n.29, p. 33-51, jun.-set.2017

¹⁶ NETTO, Vladimir. Delcídio do Amaral acusa Dilma e Lula de envolvimento na Lava Jato. G1, 3 de mar. De 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/03/delcidio-do-amaral-acusa-dilma-e-lula-de-envolvimento-na-lava-jato.html>> Acesso em: 16 de ago. de 2016

esclarecimentos sobre a doação de R\$ 30,7 milhões ao Instituto Lula, feita pelas empreiteiras Camargo Correa, OAS, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão (BARON, 2019 apud HERDY; ONOFRE; CARVALHO, 2016). Parte dos jornais, revistas, sites e a mídia televisiva massificavam a ideia de que o impeachment era a salvação para os problemas econômicos daquele período, unificado ao crescente sentimento antipetista.

Durante a votação na Câmara, em 17 de abril de 2016, deputados de direita utilizavam um discurso de defesa da democracia, carregavam placas com a frase “Tchau, querida” e proferiam essas palavras ao declararem seus votos favoráveis ao afastamento da presidenta, cobertos com bandeiras do Brasil e carregando a Constituição nos braços¹⁷. Com 367 votos favoráveis, 137 contrários, sete abstenções e duas ausências, o processo de *impeachment* contra Dilma foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado.

Após a fase de depoimentos, o relator da Comissão Especial do *Impeachment*, Antonio Anastasia, emitiu um relatório, a favor do andamento do processo, que foi aprovado pela comissão. Dias depois, em 12 de maio de 2016, o Senado Federal aprovou a abertura do processo, resultando no afastamento imediato da presidenta do cargo, assumindo o comando do País o vice-presidente Michel Temer. O plenário do Senado decidiu então, em votação que ocorreu no dia 9 de agosto daquele ano, o julgamento de Rousseff pelo crime de responsabilidade ao qual estava sendo acusada. O julgamento se iniciou no dia 25 de agosto de 2016 e durou seis dias. Nesse meio tempo, no dia 29, Dilma discursou em sua defesa, afirmando ser inocente e classificando o *impeachment* como um “golpe na Constituição”. O Senado federal concluiu o julgamento com 61 votos favoráveis e 20 contrários, em 31 de agosto, quando Dilma foi deposta do cargo, mantendo seus direitos políticos, inclusive eletivos¹⁸.

¹⁷ Câmara dos Deputados. Sessão Deliberativa. Youtube, 17 de abr. de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>> Acesso em: 14 de ago. de 2022.

¹⁸ Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Agência Senado, 28 de dez. de 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>> Acesso em: 14 de ago. de 2022

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O *corpus* desta pesquisa será composto por cinco capas de edições do Jornal A Crítica impresso, em datas entre abril e agosto de 2016. O material foi coletado por meio do arquivo online do Jornal A Crítica digital e será analisado para comprovar se é possível identificar um posicionamento ideológico por parte do periódico com base na linguagem utilizada, verbal ou visual.

O jornal impresso veicula as notícias no dia seguinte ao fato, por isso a escolha das datas, relacionadas a etapas do *impeachment* que foram de grande impacto social e representam importantes períodos desse processo. Charaudeau (2019) descreve que a veiculação de um material impresso precisa de um tempo maior de produção, por isso foge do imediatismo de outros meios (como a internet) e se propõe a desenvolver a informação escrita de forma diferente, mais complexa, criando uma estratégia de compensação pelo espaço de tempo que a notícia leva para ser veiculada.

A relação de distância e de ausência física entre as instâncias da troca faz com que a imprensa seja uma mídia que, por definição, não pode fazer coincidir tempo e acontecimento, tempo de escritura, tempo de produção da informação e tempo de leitura. [...] Uma sucessão de momentos operatórios que produzem uma grande defasagem entre o surgimento do acontecimento e o momento em que o leitor toma conhecimento dele. Essa desvantagem será compensada pelo desenvolvimento de um espaço estratégico de informação. (CHARAUDEAU, 2019, p. 113)

Sendo assim, foram selecionadas as edições de: 18 de abril de 2016, dia seguinte à aprovação da abertura do processo de impeachment por votação no plenário da Câmara dos Deputados; 07 de maio de 2016, após a aprovação do relatório da comissão especial sobre a abertura do processo pelo Senado Federal; 13 de maio de 2016, após votação do plenário do Senado Federal que afastou Dilma do cargo; 30 de agosto de 2016, quando a ex-presidenta discursou sua defesa ao plenário da Câmara dos Deputados; e 31 de agosto de 2016, dia do fim do processo e da destituição de Dilma do cargo.

A escolha por analisar as capas se deu em razão da importância visual que elas têm na composição de um material jornalístico impresso. Souza Silva (1985, p. 46) explica que a capa do material impresso deve mostrar o que há de mais atrativo do conteúdo do jornal, para ser capaz de chamar a atenção do leitor. “A primeira página de um jornal representa a embalagem de todo o produto. É importante que

esta página reúna características e atrativos individuais para que o leitor possa identificar o jornal através dela”.

Além disso, há um processo de comunicação em que o receptor da mensagem, ou seja, o leitor do jornal, irá interpretar os sinais e a linguagem de acordo com o que o emissor quer transmitir. Tudo depende da forma como ocorre a disposição de elementos gráficos e textuais, que se conectam e formam a comunicação visual, como destaca Souza Silva:

A arte gráfica começa pela diagramação; desdobra-se na escolha dos tipos; complementa-se na confecção das manchetes. Estabelecem-se as relações do gráfico com o assunto. Segundo ele as ilustrações aquecem o texto; dão visualidade pronta, antes da leitura. Fotos, caricaturas, anúncios, enxertam-se em meio aos textos, quebram-lhe a monotonia, imprimem movimento ao todo. Eis o grande arranjo estético, a orquestração gráfica do jornalismo. (SOUZA SILVA, 1985, p. 28)

Desta forma, será possível fazer a análise de acordo com o discurso midiático adotado pelo jornal e os elementos gráficos escolhidos ao abordar o assunto.

4.1 Jornal A Crítica

O jornal impresso A Crítica foi fundado em abril de 1949, por Umberto Calderaro Filho e Ritta de Araújo Calderaro, em Manaus, Amazonas. À época, com o período de crise política e econômica resultado da Segunda Guerra Mundial e da mudança de governo no País, os jornais já existentes ocupavam os turnos matutino e vespertino, dificultando o espaço para uma provável concorrência e obrigando o jornal a inovar, conforme explica Cabral (2000). “E como a concorrência era forte, o jornal decidiu sair numa hora diferente - 11 horas da manhã, passando a ser onzeorino - termo utilizado pelo jornal” (CABRAL, 2000, p. 15).

De acordo com Cabral (2000), o jornal funcionava no Centro Histórico de Manaus e foi fundado após a ida de Umberto ao Rio de Janeiro, para trabalhar na redação do O Globo. A primeira edição do A Crítica foi produzida em uma casa pequena com maquinários cedidos pela Arquidiocese de Manaus a um valor de aluguel. Ao longo dos anos, as máquinas utilizadas para a impressão do jornal foram sendo modernizadas, com a aquisição de produtos importados.

Em meados da década de 60, a sede do jornal, que funcionava na rua Saldanha Marinho, foi alvo de um atentado político, segundo Tereza Cristina Calderaro Corrêa, filha de Umberto.

Eu fiquei muito traumatizada e participei de tudo (...). Tive que fugir três horas da manhã com minha mãe por uma escada de madeira encostada no muro (...). Lembro da cena como se fosse hoje. Nos colocaram na maior escuridão no avião que estava no Aeroporto de Ponta Pelada (...). Por volta de seis horas da manhã quando clareou, que nós olhamos da janelinha do avião (...) tinha um guarda do Exército de metralhadora na pista, esperando a gente. Caso entrássemos no avião tentando fugir de Manaus, ele e outros soldados iriam nos metralhar, e eu não esqueço da cena: os guardas todos enfileirados – essas imagens não saem da minha memória nunca, e ninguém pode negar. Eu vi. (CABRAL, 2000, p. 17 apud CALDERARO, 1997)

Após o acontecimento, no decorrer dos anos de 1960, o jornal passou a funcionar em um prédio próprio, ainda no Centro de Manaus. Com a consolidação, máquinas importadas de outros estados brasileiros e até países, se tornou em 1969 o jornal de maior circulação do Brasil, de acordo com o Ibope (Cabral, 2000, p. 18). A partir daí, surgiu a necessidade de ampliar o alcance, unindo as tradicionais páginas impressas aos meios tecnológicos. Foi o pioneiro na composição a frio, servindo de modelo a outros impressos no País.

No dia quatro de setembro de 1971 foi inaugurada a primeira composição eletrônica pelo sistema IBM e uma rotativa *offset* que imprimia a cores, possibilitando a tiragem de até 32 páginas. O jornal A Crítica registra que teve a primeira clicheria eletrônica, o primeiro teletipo a colher notícias nacionais e do exterior, a primeira radiofoto, trazendo imagens dos acontecimentos nacionais e mundiais. Da composição mecânica passou para a composição eletrônica do sistema IBM, inaugurando a primeira rotativa *offset* cores no Norte. Em 74 inaugurou o sistema de telefoto, equipamento de transmissão de fotografias através do telefone ou do rádio (CABRAL, 2000, p. 19)

Mas foi em abril de 1986 que o A Crítica se comprometeu ao uso da tecnologia, com computadores de última geração da época, scanners de fotografias, sistema moderno de máquinas *offset*, além de um laboratório para produção de fotolitos, filmes fotográficos usados naquele período. Na década de 90, o sistema foi modernizado novamente e a capacidade de impressão do jornal passou a ser de 60 mil exemplares por hora, além de microcomputadores para a redação e um computador Macintosh e outro com sistema para paginação (CABRAL, 2000, p. 21)

Nessa época, o A Crítica se tornou parte de um conglomerado de meios de comunicação, intitulado Rede Calderaro de Comunicação (RCC), composta por

emissoras de televisão, rádio, sites e outras empresas. O impresso continua sendo o material de maior circulação do Amazonas (CABRAL, 2000).

4.2 Discurso midiático e Análise do Discurso

Patrick Charaudeau (2019, p. 40) define que um discurso “resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve com a maneira pela qual se fala”. Isso quer dizer que discurso é o processo de construção de sentido, considerando as particularidades do emissor e do receptor, a interlocução, a natureza do saber e o efeito de verdade, como o receptor irá julgar o discurso.

Para Charaudeau (2019), as mídias exercem um serviço como parte da democracia, ao informar sobre assuntos que antes seriam ignorados. Porém, além desse conceito, também se considera o fator comercial, afinal as empresas de comunicação midiática possuem interesses financeiros e comerciais por trás do trabalho exercido. Essa relação põe em questão a finalidade do material jornalístico, da informação midiática transmitida.

A informação midiática fica prejudicada porque os efeitos visados, correspondentes às intenções da fonte de informação, não coincidem necessariamente com os efeitos produzidos no alvo, pois este reconstrói implícitos a partir de sua própria experiência social, de seus conhecimentos e crenças. (CHARAUDEAU, 2019, p. 59)

Com isso, o autor explica que a produção de manchetes diferentes em veículos diversos é uma característica dos diferentes efeitos que se pode e quer produzir. O uso de diferentes discursos é uma tentativa de atrair os leitores e se tornar um diferencial diante de outros veículos.

Michel Pêcheux (1988)¹⁹ explica que o discurso se forma a partir de um processo de interlocução entre sujeitos, considerando um conjunto de elementos linguísticos e extralinguísticos produzindo sentido. O autor explica que uma mesma palavra pode ter vários significados, se caracterizando como polissêmica. Assim, o que a define é o contexto em que ela está inserida e as referências extralinguísticas que compõem o discurso em que ela foi inscrita. Ou seja, é necessário uma narrativa para definir o sentido daquela palavra.

¹⁹ PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. E. P. Orlandi e outros. Campinas: Ed. Unicamp, 1988

Pêcheux (1988) explica que o discurso é produzido em diferentes condições, partindo do contexto sócio-histórico-ideológico em que enunciador está inserido. Ou seja, o sujeito carrega historicidade e repercute, por meio da língua, os valores que representam o contexto. Dessa forma, se destacam as formações ideológica e discursiva, que se relacionam e o constituem. A ideológica se refere às representações sociais influenciadas pela posição política, social e econômica do sujeito e às relações de poder, que estão relacionadas às formações discursivas. “As palavras, expressões, proposições, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Assim, observa-se que o discurso pode ser moldado para a construção de diferentes sentidos, pois a palavra está em constante construção. Logo, pode-se considerar que um jornalista é capaz de produzir o sentido de uma palavra de acordo com o lugar em que ocupa na sociedade. “Vejam o exemplo da palavra ‘greve’ na boca do presidente de uma federação de industriais e na boca de um atuante presidente de sindicato de trabalhadores, em período de reivindicações. São coisas diferentes” (BACCEGA, 2015, p. 122)²⁰.

Brandão (2015, p. 26)²¹ caracteriza o sujeito como peça importante na Análise do Discurso pela capacidade de interlocução com diferentes sujeitos de diferentes contextos históricos, sociais, econômicos e culturais, e assim se reconhece como indivíduo em sua própria singularidade.

O sujeito se forma, se constitui na relação com o outro, percebendo sua alteridade; isto é, da mesma maneira que toma consciência de si mesmo na relação com esse outro, o sujeito do discurso se constitui, se reconhece como tendo uma determinada identidade na medida em que interage com outros discursos, com eles dialogando, comparando pontos de vista, divergindo, etc. (BRANDÃO, 2015, p. 26)

Ao considerar a análise discursiva, Maingueneau (2004)²² expõe os conceitos de enunciação e contexto. Colocando como exemplo um jornal impresso, o enunciado de uma determinada notícia terá o seu significado determinado pelo autor, mas está

²⁰ BACCEGA, Maria Aparecida. A construção do “real” e do “ficcional”. In: FIGARO, Roseli (org.) Comunicação e Análise do Discurso. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015

²¹ BRANDÃO, Helena Nagamine. Enunciação e construção do sentido. In: FIGARO, Roseli (org.) Comunicação e Análise do Discurso. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015

²² MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. Trad. Cecília P. de Souza-Silva, Décio Rocha. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004

sujeito à interpretação do leitor, capaz de interpretá-lo de diferentes formas, ainda que a língua seja a mesma.

Com efeito, todo ato de enunciação é fundamentalmente assimétrico: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador. (MAINGUENEAU, 2004, p. 20)

Por conseguinte, ao exemplificar com a frase “Não fumar”, Maingueneau define um enunciado como uma sequência de signos, a ser significada de acordo com as condições em que está exposto. Ainda que a interdição, ou seja, a proibição, não esteja explícita, condiz ao objetivo do enunciado, ao que o autor quer transmitir ou alcançar com a enunciação, podendo ser sustentada pela interdiscursividade.

O autor ressalta que os sujeitos estão interligados por suas formações discursivas. O problema, no entanto, é que a formação discursiva delimita o dito e o interdito. O Outro enunciado se torna excluído, rejeitado, interdito, em detrimento do Mesmo. “[...] essa imbricação do Mesmo e do Outro retira à coerência semântica das formações discursivas todo caráter de “essência” [...] não é dela que a formação discursiva retira o princípio de sua unidade, mas de um conflito regulado” (MAINGUENEAU, 2008, p. 37)²³.

Maingueneau (2004) destaca e elenca três tipos de contextos que podem sustentar o processo de interpretação do discurso: o contexto situacional, as referências físicas determinadas no texto; o cotexto, aquilo que foi citado anteriormente no texto e que pode ser referenciado pelo leitor; e o conhecimento de mundo, o que o leitor sabia antes de ler o texto de acordo com o que vivenciou.

Patrick Charaudeau (2019) ressalta que a influência da mídia sobre o público não é facilmente percebida, diferente das intenções da imprensa na veiculação de determinado assunto. O autor define ainda que o discurso midiático é carregado por diferentes tipos de verdades, evidenciando dois tipos: a verdade de opinião, que busca criar um entendimento comum sobre os fatos pelo compartilhamento das notícias, que assegurariam a veracidade daquela opinião; e a verdade de emoção, que produz uma reação no leitor, em notícias espetacularizadas, com o apelo emocional.

²³ MAINGUENEAU, Dominique. Gênese dos discursos. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008

Os fatos não têm uma verdade em si. É em sua encenação, num certo dispositivo, que surge, diante daquele que é tomado por este mesmo dispositivo, uma verdade subjetiva que tende a objetivar-se num movimento de compartilhamento universal. (CHARAUDEAU, 2019, p. 269)

Por muitas vezes, essas verdades se fundem, para salientar a notícia do acontecimento. O linguista francês explicita ainda a existência de uma discordância entre as intenções do veículo midiático ao informar, não se limitando ao simples fato, mas considerando as intenções do proprietário do veículo ou do chefe de redação, o que cria efeitos diferentes sobre os leitores.

4.3 Coleta de dados e análise



Figura 1: Capa do jornal A Crítica no dia 18/04/2016, após aprovação do *impeachment* em votação na Câmara dos Deputados

A capa da edição nº 23.380, de 18 de abril de 2016, é exclusiva à notícia da votação ocorrida no dia anterior, na Câmara dos Deputados, que aprovou a abertura do processo de *impeachment* contra a ex-presidenta. Sem muito texto, a linguagem visual chama atenção. A escolha pela manchete, “Câmara vota com o povo”, e a imagem de manifestantes *pró-impeachment* em comemoração, ocupando o centro ótico da página, caracterizam uma tentativa de chamar a atenção do leitor para aquele que seria um fato a ser comemorado. Conforme explica Souza Silva (1985, p. 47)) sobre a disposição gráfica do material impresso, “a zona primária deve conter um elemento forte para atrair a atenção e interesse do leitor. Esse elemento pode ser uma foto, um texto, um grande título”.

Sem ilustrar a notícia com o personagem principal da trama, a ex-presidenta Dilma, o jornal divide a página em mais duas imagens principais: deputados aglomerados festejando a consagração do resultado e a reação do então vice-presidente, Michel Temer, também favorável ao acontecimento. Por fim, o jornal ilustra como votou cada um dos oito deputados federais do Amazonas. O texto da linha fina, explicando a manchete, se limita a informar a divisão total dos votos e explicar que a escolha favorável da maioria resultou na abertura do processo.

A escolha da cor vermelha para o chapéu com o texto “Impeachment aprovado” pode ter sido usada para chamar a atenção do leitor ao fato. Percebe-se, pela presença de poucos elementos textuais, uma referência a um dos três contextos explicados por Maingueneau (2004, p. 27), o “saber anterior à enunciação”. Ou seja, subentende-se que o leitor teria conhecimento do contexto político daquele momento o suficiente para que maiores explicações sobre o fato não fossem necessárias na capa do periódico. O uso destes elementos possibilita ao leitor entender o posicionamento favorável do jornal à possível saída da então presidenta.

O discurso de que o impeachment seria ideal para o Brasil naquele momento é se enquadra em um dos fatos políticos apresentados por Patrick Charaudeau (2006), na obra *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*²⁴. O autor explicita

²⁴ EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William (orgs). *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2006

que o discurso político, de acordo com Claude Le Forte, é composto por quatro fatos: políticos, sociais, jurídicos e morais. Dessa forma, o discurso adotado pelo jornal se encaixa como um fato moral, visto que “levantando a questão da idealidade dos regimes de governo para o bem dos povos” (CHARAUDEAU, 2006, p. 251).



Figura 2: Capa do jornal A Crítica no dia 07/05/2016, depois da aprovação do relatório favorável da Comissão Especial que analisou a admissibilidade do impeachment

Um dia após a comissão especial aprovar o relatório de Anastasia sobre a admissibilidade da denúncia contra Dilma, foi publicada a edição nº 23.399, em 7 de

maio de 2016. A capa traz uma imagem de Dilma em destaque, ainda que pequena, próximo ao nome do jornal, no que Souza Silva (1985) define como o centro ótico, que deve ser preenchido com um elemento atrativo visualmente.

A manchete relacionada à imagem mais uma vez relaciona o vermelho para chamar a atenção do leitor. O enquadramento dado à notícia, com a frase “Dilma perde mais uma” relaciona o decorrer do processo como uma perda para a ex-presidenta e possibilita o entendimento de que ela esteja enfraquecida politicamente.

Em continuidade, a escolha da frase “promete briga” ao se referir à afirmação de que Dilma não renunciaria ao mandato, carrega uma linguagem denotativa, afinal a ex-presidenta não iria brigar fisicamente ou verbalmente, mas não abdicaria do cargo facilmente. A escolha por esse uso de palavras pode ser explicado pela lei da pertinência. Conforme definido por Maingueneau (2004, p. 36), o emissor da informação pode considerar pertinente um título ou manchete que seja um comentário sobre o fato, carregando um certo grau de pessoalidade ao enunciado. Dessa forma, a manchete pode ser interpretada como um posicionamento favorável ao abordar o fato relacionado ao processo de *impeachment*. A página completa deu destaque a notícias de outras editorias, como Polícia, Cidades e Saúde.



Figura 3: Capa do jornal A Crítica no dia 13/05/2016, quando Dilma foi afastada do cargo após votação do Senado Federal

A foto de Dilma discursando junto a apoiadores, em um recorte com o ex-presidente Lula, com feições preocupadas, foi estampada na capa da edição nº 23.405, do dia 13 de maio de 2016, primeiro dia de Temer como chefe do Poder Executivo. A imagem da ex-presidenta, no entanto, ficou no que é chamado de “zona morta” (SOUZA SILVA, 1985, p. 48) de um material impresso, local que precisa de um grande apelo visual para receber a atenção do receptor da informação. Junto à fotografia, um trecho do discurso de Rousseff que define o seu afastamento como “a dor igualmente inominável da injustiça”.

Diferente de Dilma, Temer teve sua imagem com uma feição alegre disposta na zona secundária, um dos primeiros locais por onde o movimento ótico do leitor se posiciona. Em destaque, a fala “Nosso maior desafio é estancar o processo de queda livre na atividade econômica” destaca o problema supostamente deixado pelo governo petista e indica Temer como a figura que irá solucionar o problema. Essa interpretação também acompanha a manchete, com outro trecho da fala de Temer, onde diz que não há espaço para a crise, onde mais uma vez o ex-presidente aparece como o responsável por solucionar os problemas.

Imagens dos rostos da equipe que assumiria os ministérios e cargos importantes no governo Temer foram elencadas no centro, mesmo quando poderiam ser dispostas ao fim da página. Na linha fina, a edição especifica que o objetivo do “time” seria “estancar a crise” e “unificar o País”, mesmo com apenas pouco mais de dois anos restantes de mandato. O discurso todo transmite a ideia *pró-impeachment* de que a saída da ex-presidenta seria benéfica.

O chapéu com “Ordem e Progresso”, em referência aos dizeres da bandeira do Brasil, dá um caráter nacionalista à notícia, como se o afastamento da ex-presidenta caracterizasse o alcance da ordem no País e a expectativa do fim dos problemas econômicos.

O enquadramento dado à notícia foi definido para exprimir a ideia de que a chegada de Temer ao poder era positiva. Como explica Porto (2002), ao citar Entman, o enquadramento seleciona o aspecto do fato e dar uma interpretação própria quando o noticiar.

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (PORTO, 2002, p. 7 apud ENTMAN, 1994, p. 294)

Por isso, junto a outras edições também analisadas, percebe-se um posicionamento frente aos fatos, de forma que o jornal se mostra favorável ao processo de impeachment e à chegada de Temer no comando do País.



Figura 4: Capa do jornal A Crítica no dia 30/08/2016, sobre o discurso de defesa da ex-presidenta Dilma

Metade do espaço da capa da edição nº 23.514, de 30 de agosto de 2016, foi destinado a estampar a foto de Dilma Rousseff proferindo seu discurso de defesa no Congresso Nacional. No recorte do discurso, a ex-presidenta declara ter sido traída e não ter praticado o crime de responsabilidade do qual era acusada. O título é a parte mais importante do texto, porque a partir dele o leitor decide se terá interesse ou não para ler matéria. Como afirma Souza Silva (1985, p. 115), “é a grande vedete de um determinado arranjo gráfico, atraindo para si toda a carga emocional da mensagem”.

A linha fina destaca duas partes da fala de Dilma: a primeira, de que ela teria culpado a “elite conservadora” pelo processo de *impeachment*”; a segunda, de que

ela estaria “pagando o preço” por ter enfrentado interesses adversos. Desta forma, o título e a linha fina representam a escolha por uma narrativa de forma a fragilizar a imagem política da ex-presidenta.

A escolha por dar destaque ao discurso “emocional”, quando Dilma declara que foi traída e que era inocente, cria o que Charaudeau (2019, p. 268) chama de verdade de emoção. Conforme o linguista, se relaciona à experiência que o leitor terá ao ter acesso àquele discurso, baseado em uma experiência e desencadeia uma reação do leitor, seja de revolta, de apoio, principalmente quando se trata de um acontecimento público espetacularizado.

Outro detalhe que chama a atenção é o destaque e a mudança de cor ao termo “cassar”. O destaque à palavra é intencional, afinal, representa a saída definitiva da ex-presidenta do cargo. No chapéu, o uso do termo “atos finais” se referindo ao fim do processo de *impeachment*, também caracteriza o fim de uma peça teatral, dividida em atos, proferindo assim a ideia de espetacularização do *impeachment*.



Figura 5: Capa do jornal A Crítica no dia 31/08/2016, um dia antes da decisão final do impeachment

Último material a ser analisado, a capa da edição nº 23.515, do dia 31 de agosto de 2016, foi publicada antes da decisão final do processo que impediria Dilma Rousseff de continuar o mandato. Ocupando metade da página, na lateral direita, a imagem da ex-presidenta de costas representa ela se afastando, como se caminhasse em direção oposta à frente do jornal, logo, como se caminhasse em direção oposta à Presidência.

Outro elemento que chama atenção é o uso de uma tipografia diferente para o título “Fim”, como se a palavra estivesse se desfazendo. A estrela, símbolo do PT, substitui o pinga do “i”. Na linha fina, o 13 em tamanho maior e na cor vermelha,

também remete ao número do partido. Juntos, os elementos criam uma espetacularização como se em comemoração ao fim dos 13 anos do partido no poder, mesmo antes da consolidação do processo, que só ocorreu na tarde do referido dia. Patrick Charaudeau (2015) explica que o discurso midiático cria um espetáculo dos acontecimentos com a criação de personagens, como os perseguidores e os salvadores.

O mundo nos é apresentado, a nós, público cidadão, sem que se possa distinguir a realidade da ficção: é apresentada uma espécie de verdade verossímil, que faz fundirem-se os dados da ficção na ilusão do autêntico por meio de uma narrativa que constrói seu próprio ideal, fazendo comércio de nossos imaginários (CHARAUDEAU, 2015, p. 284- 285).

Dessa forma, a narrativa utilizada tem a intenção de criar uma espetacularização da notícia, não simplesmente veiculá-la. O uso denotativo da palavra “agonia” ao se referir ao processo de *impeachment* também faz um apelo ao leitor.

O jornal opta por criar uma linha do tempo dividida em cinco fatos, estampando diferentes personagens da história que envolve o acontecimento. Mesmo não sendo o centro do fato, Lula se faz presente, sempre uma sombra que acompanha Dilma. Ao colocar uma imagem de seu rosto na capa, em reação ao discurso de defesa da ex-presidenta ocorrido no dia anterior, o periódico usa o adjetivo “abatido” e designa uma imagem negativa ao antecessor de Dilma, citando que o presidente teria a intenção de concorrer ao cargo novamente, nas eleições de 2018.

CONCLUSÃO

A partir de uma contextualização histórica acerca do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, foi possível compreender a conjuntura que resultou no movimento político pró-*impeachment*. Também a contextualização teórica, sobre a Análise do Discurso, contribuiu para o entendimento sobre a escolha do uso da linguagem, por parte do jornal, para formar diferentes significados e direcionar o entendimento do leitor sobre o assunto.

Considera-se o que Cook (2011) define sobre o jornalismo político e a atuação do jornalista como agente nessa relação, que se espera de ambos um papel sociopolítico centrado na disseminação de fatos, articulação de discussões e atendendo linguisticamente a todos os leitores, independente de grupos, classes ou interesses alheios ao social. Assim, pôde-se entender, pelo uso da linguagem, que o jornal transmite um posicionamento ideológico, por vezes de forma sutil, outras vezes explicitamente, quando aborda fatos relacionados ao *impeachment*, de forma que este seja entendido como o futuro inevitável da ex-presidenta Dilma Rousseff e um destino favorável ao País.

Em determinadas edições, o jornal se utiliza da contextualização dos fatos para transmitir o assunto com pouco uso de texto, mas com a preferência pelo uso de imagens. A escrita é característica do jornalismo impresso. Como Maingueneau pressupõe diferentes tipos de contextos, entre eles, o que foi percebido no jornal foi o de conhecimento de mundo, que pressupõe ao leitor o entendimento do fato por sua própria vivência.

Junto a esse entendimento, é notável a similaridade no propósito do enquadramento das notícias em selecionar partes dos acontecimentos que criam uma divisão política entre os que são contrários à ex-presidenta e os que são contra o *impeachment*, dando destaque ao movimento pró-*impeachment*. O enquadramento de notícias, segundo Porto (2002), não tem apenas uma definição, mas pode ser entendido como a seleção de símbolos do acontecimento para a construção do discurso, de forma padronizada. Porto (2002, p. 5) destaca que “Gitlin argumenta que através de algumas práticas de enquadramento específicas (trivialização, polarização,

ênfase em disputas internas, etc.) a mídia contribuiu para conter as mensagens do movimento e para converter seus líderes em celebridades”.

Do ponto de vista gráfico, visual, todo veículo de informação exprime um posicionamento ideológico e uma identidade, definidos pela linha editorial e pela organização visual determinada pela equipe de direção do jornal (redator-chefe, proprietários, diretores, etc).

É uma tarefa das mais estimulantes para o redator-chefe do jornal, em conjunto com o diagramador, estabelecer uma linha gráfico-editorial. É um trabalho de grande importância pois dele depende o sucesso do jornal como veículo de comunicação que se propõe (SOUZA SILVA, 1985, p. 46)

Dessa forma, é notável ainda a construção de uma narrativa em que a ex-presidenta se torna um personagem secundário, sendo de menor importância do que o partido e o vice, como pôde ser percebido pela falta de citação do nome e imagem de Dilma na edição nº 23.380 e no texto da edição nº 23.515, que cita na linha fina o partido, em vez do nome de Dilma: “o PT enfrenta momento crucial hoje”. Além disso, a referência a Lula também é presente, ainda que em menor escala, como na imagem da edição nº 23.405 ou na edição nº 23.515.

Sobre a Análise do Discurso, a linguista Eni Orlandi (2006)²⁵ reafirma a relação entre as condições em que a notícia é produzida e as diferentes condições em que o leitor irá receber aquela informação.

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (p. 30)

Assim, isso atende à premissa da análise do discurso de que a significação de uma palavra é feita a partir do discurso produzido, por isso a escolha dos dizeres é importante para identificar um possível posicionamento de um veículo.

²⁵ ORLANDI, Eni. Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos. São Paulo: Pontes, 2006

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIAHY, Ana Carolina de Araújo. **O jornalismo especializado na sociedade da informação**. Universidade Federal da Paraíba, 2000. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf>>. Acesso em: 31 de jul. de 2022.

AGGIO, Camilo. **As campanhas políticas no Twitter: uma análise do padrão de comunicação política dos três principais candidatos à presidência do Brasil em 2010**. In: Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2011. Anais... Rio de Janeiro, RJ: IV Compolítica, v.4, p. 1-24, 2011.

ALBUQUERQUE, Afonso; PAULA, Carolina de. **Accountability contra democracia: a comunicação política depois do golpe**. In: VII Encontro da Compolítica, 2017, Porto Alegre. Anais do VII Encontro da Compolítica, 2017. p. 1-29.

ALVES, Carina Alexandra Pires. **O jornalismo especializado na era da massificação da Internet: O caso Game of Thrones**. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2016. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/7774/1/5105_10054.pdf>. Acesso em: 31 de jul. de 2022.

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Ed. Sagra-D.C. Luzzatto, 1996

BAPTISTA, Érica Anita. **Corrupção política e avaliação de governo: o caso da Lava Jato**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, v. 7., 2017, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Compolítica, p. 1-24, 2017.

BARON, Letícia. **Se empurrar, ela cai: as grandes manifestações pró-impeachment e a construção discursiva dos Movimentos Brasil Livre, Vem pra**

Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil. Simbiótica. Revista Eletrônica, vol. 6, núm. 2, p. 191-217, 2019

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: Unesp, 1995.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. A história do jornal de maior circulação do Amazonas. **Caderno Uniabc de Comunicação Social**, São Caetano do Sul, v. 14, nº 2, p. 12-31, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas.** Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso das mídias. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2019

CORRÊA, Paulo Metling. **O reflexo da Teoria do Espelho na prática jornalística.** 2016. Curso de Comunicação Social, Anais do Xi Evinci, Centro Universitário Autônomo do Brasil, Tarumã, Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/1849/1366>>. Acesso em: 27 de jul. 2022.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

E. COOK, Timothy. Dossiê: **Mídia, Política e Democracia.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, p. 203-247, julho/dezembro, 2011.

FARIA, Vanessa Silva de. **Eleições no império: considerações sobre representação política no segundo reinado.** Simpósio Nacional de História, 27, 20-37, 2013.

FAUSTO NETO, Antonio. **Vozes do impeachment**. In: MATOS, Helóiza et al. *Mídia, eleições e democracia*. 1ª ed. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994

FIRMINO, Gustavo Casasanta. **CLASSES MÉDIAS E MANIFESTAÇÕES PRÓ-IMPEACHMENT NA CIDADE DE SÃO PAULO: uma análise dos movimentos e manifestantes**. In: *Revista de Ciências Sociais*, nº 47, junho/dezembro de 2017, p. 209-227

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Ortiz, 1987.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**. 3ª ed. Cambridge: Massachusetts, Harvard University Press, 1976

GOMES, Wilson. **Pressupostos ético-políticos da questão da democratização da comunicação**. In: PEREIRA, Carlos A. M., FAUSTO NETO, Antônio (Orgs). *Comunicação e Cultura Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Notrya, p. 47-94, 1993a.

GONÇALVES, Telmo. A Abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**, [S.l.], n. 5/6, p. 157-166, 2011.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Neutralidade e imparcialidade no jornalismo: Da teoria do conhecimento à teoria ética**. Anais do XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Sergipe, p. 01-25, 1999.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. 1ª. ed. Tradução: Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HEYWOOD, A. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010a.

KERCHE, Fábio; FERES JR., João (Orgs). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018

LAGE, Nilson. **Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas**. Pauta Geral: Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v.1, n.1, 2014.

LIMA, Venício A. **Sete teses sobre mídia e política no Brasil**. Revista USP, nº 61, São Paulo, p. 48-57, março/maio, 2004.

LUZ, Michele Diana da; BARON, Leticia. A RELAÇÃO ENTRE AS REDES SOCIAIS E A MÍDIA TRADICIONAL NA ARTICULAÇÃO DISCURSIVA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF. In: **VII Encontro da Compolítica**, 2017, Porto Alegre. Anais do VII Encontro da Compolítica, 2017

MARQUES DE MELO, José. **Estrutura do jornalismo: a questão dos gêneros. Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARTUSCELLI, Danilo. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Tese de Doutorado (Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓRA, Gabriela. Segmentação no jornalismo impresso: representação e fragmentação do real. In: Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 2007

QUINTÃO, Thales Torres. **Os media e a construção dos caras-pintadas**. In: Revista Todavia, Ano 1, nº 1, jul. 2010, p. 103-117

RAMIRES, Mário Marques; ROSSI, Michelle. **A Imparcialidade como conceito de qualidade jornalística**. In: Comunicação & Mercado, Dourados, v. 01, nº 04, p. 77-83, jul. 2013.

SANTOS, Claitonei Siqueira. **Veja O Que A Veja Fez: O Jogo De Ocultamento Dos Jovens Nas Manifestações De 1992**. Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás, 2010

SANTOS, Jordana de Souza. **Movimento Estudantil e o 'Fora Collor'**. JUVENTUDE.BR (CENTRO DE ESTUDOS E MEMÓRIA DA JUVENTUDE), v. 1, p. 06-12, 2018.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SOUZA SILVA, Rafael. **Diagramação – Planejamento visual gráfico da comunicação impressa**. 5ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1985

STROMBACK, J. **Midiatização da Política: sobre uma estrutura conceitual para Pesquisa Comparativa**. s/ano. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/gpcomunicpublicapolitica/cap-19-midiatizao-da-poltica-sobre-uma-estrutura-conceitual-para-pesquisa-comparativa>>. Acesso em: 06 de ago. de 2022

TUCHMAN, Gaye. **As notícias como uma realidade construída**. In: ESTEVES, João Pisarra. Comunicação e sociedade. Lisboa: Livros Horizonte, 2009. p. 93-106.

WEBER, Maria Helena. **Espaço Público e Acontecimento: do acontecimento público ao espetáculo político-midiático**. In: Dimensões do Acontecimento:

configuração, mediação, tempo e experiência. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n. 10, p. 189 – 203, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5^a ed. Lisboa: Presença, 1999.